



**Poder Judiciário do Maranhão
Tribunal de Justiça**

CLIPPING IMPRESSO

17/03/2017

INDICE

1. JORNAL A TARDE	
1.1. COORDENADORIA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE	1
2. JORNAL AQUI	
2.1. JUÍZES.....	2
3. JORNAL ATOS E FATOS	
3.1. COMARCAS.....	3
4. JORNAL CORREIO POPULAR	
4.1. JUIZADOS ESPECIAIS.....	4
4.2. JUÍZES.....	5 - 6
4.3. VARA CRIMINAL.....	7
5. JORNAL ESTADO DO MARANHÃO	
5.1. COORDENADORIA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE	8
5.2. DESEMBARGADOR.....	9 - 10
5.3. VARA CRIMINAL.....	11 - 12
6. JORNAL O DEBATE	
6.1. CENTRO JUDICIÁRIO DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS.....	13
6.2. COORDENADORIA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE	14
6.3. SERVIDOR PÚBLICO.....	15
7. JORNAL O IMPARCIAL	
7.1. PUBLICIDADE LEGAL.....	16
8. JORNAL O PROGRESSO	
8.1. COMARCAS.....	17 - 18
8.2. DESEMBARGADOR.....	19 - 20
9. JORNAL PEQUENO	
9.1. COORDENADORIA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE	21
9.2. JUIZADOS ESPECIAIS.....	22
9.3. VARA CRIMINAL.....	23 - 27

Cururupu receberá evento da Infância e Juventude hoje

7

Cururupu receberá evento da Infância e Juventude hoje

A Comarca de Cururupu recebe hoje uma programação especial na área da Infância e Juventude, que envolverá minicurso, exposição dialogada, debates, audiência pública e inauguração de sala para depoimento especial de crianças e adolescentes vítimas de violência. A iniciativa é da Coordenadoria da Infância e Juventude do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), em parceria com a Secretaria Estadual de Desenvolvimento Social (SEDES) e o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF).

O evento também reunirá representantes da Defensoria Pública, Ministério Público, advogados, conselheiros tutelares, sociedade civil e a comunidade de Cururupu e de outras cidades próximas, com o objetivo de promover um trabalho em rede, na busca de soluções direcionadas para as crianças e adolescentes vítimas de abusos.

O juiz titular de Cururupu, Douglas Lima da Guia, esclarece que o evento surgiu em razão do alto índice de casos de violência sexual, na região. A unidade judicial recebe por mês, em média, dois novos casos de abuso sexual contra crianças e adolescentes, realidade que exige dos operadores do Direito e conselheiros tutelares melhor capacitação no



Fórum de Cururupu terá inauguração de sala para depoimento especial de crianças e adolescentes.

tratamento a essas vítimas, de forma a minimizar os danos. “O Judiciário vai discutir com a sociedade civil e a comunidade a problemática da violência sexual e estupro de vulneráveis, recorrente na comarca”, ressalta.

O desembargador José de Ribamar Castro, presidente da Coordenadoria da Infância e Juventude do TJMA, explica que a iniciativa faz parte da política da Coordenadoria de fomentar atividades em favor de crianças e adolescentes, principalmente nas comarcas onde os juizes verificam o elevado número de crimes contra esse público. “O trabalho pretende despertar o interesse, tanto dos órgãos públicos quanto da comunidade, para a questão do abuso contra menores”, observa.

SALA DE DEPOIMENTO – O juiz de Cururupu também destaca a importân-

cia da sala de depoimento especial, que será instalada na comarca, voltada para a oitiva de crianças e adolescentes vítimas ou testemunhas de violência sexual, física ou psicológica, em processos judiciais. O Maranhão é o segundo Estado do país com maior número de salas desse tipo: são 28 espaços especializados.

Para esse tipo de depoimento, a criança ou adolescente é recebido 30 minutos antes da audiência. A sessão é conduzida por psicólogo ou assistente social, enquanto os equipamentos de transmissão de áudio e vídeo permitem que o juiz e outros operadores possam ver, ouvir e fazer perguntas ao facilitador. “Essa forma de depoimento evita mais danos às vítimas, que serão ouvidas apenas uma vez através de equipe multidisciplinar, garantindo o exercício de seus direitos

e a proteção que é conferida pelo ECA”, avaliou.

PROGRAMAÇÃO – O evento será aberto nesta quinta-feira (16), às 15h, pelo presidente da Coordenadoria da Infância e Juventude, desembargador José de Ribamar Castro, na Secretaria Municipal de Saúde (Rua Ático Seabra, s/n, Centro). Na mesma tarde, será realizado o curso “Noções básicas sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente” para os conselheiros tutelares da região, ministrado pelo técnico da SEDES, Glécio Sandro Leite da Silva.

Na manhã da sexta-feira (17), ocorrerá a solenidade de abertura da audiência pública, seguida da exposição dialogada “Dados gerais sobre a infância no Maranhão”, apresentada pela consultora da Plataforma Centros Urbanos, do Unicef/MA, Lissandra Leite, e da exposição “As medidas socioeducativas em meio aberto no Maranhão”, apresentada pelo técnico da SEDES, Glécio Leite da Silva.

Em seguida, serão promovidos debates e a palestra “O Depoimento Especial no Maranhão”, ministrada pelo desembargador José de Ribamar Castro. A programação será encerrada com a inauguração da Sala de Depoimento Especial, no Fórum Desembargador José Pires Sexto (Rua Herculana Vieira, s/nº, Centro).

CASO LIDIANE LEITE

Ex-prefeita 'Ostentação' tem direitos políticos suspensos

Uma sentença assinada nesta semana pelo juiz Raphael Leite Guedes, titular de Bom Jardim, condenou a ex-prefeita Lidianne Leite por atos de improbidade administrativa. A ação diz respeito aos inúmeros descontos injustificados na remuneração mensal dos servidores do magistério do ensino público do município de Bom Jardim, durante a gestão da ex-prefeita. Para a Justiça, Lidianne Leite violou o disposto no Art. 11, da Lei de Improbidade Administrativa, na medida em que praticou ato contra expresso comando legal e em prejuízo de inúmeros professores que restaram prejudicados com suas obrigações mensais ao ter reduzido, diga-se, unilateralmente e sem qualquer comprovação, os valores mensais que auferiam regularmente.

Homem que abusava de enteadas é condenado a 36 anos de prisão

Em Santa Helena, homem acusado de abusar e estuprar as duas enteadas foi condenado a 36 anos e 11 meses de prisão, em decisão proferida pela juíza Cynara freire, titular da 1ª Vara do município. Conforme a sentença, Antônio Correa Pinheiro cometeu diversos crimes contra as enteadas de 10 e 12 anos de idade. A prática dos crimes só foi descoberta quando as menores passaram férias com o pai biológico, quando descreveram os abusos sofridos. De acordo com a denúncia, as duas menores, após a separação de seus pais, ficaram sob a guarda da mãe. Esta, por sua vez, passou a viver em companhia de Antônio Correa no Povoado de Bacuri, zona rural de Santa Helena. Foi comprovado, através de exame de corpo de delito, que ele violentou a menor de 12 anos várias vezes.

Juizado Criminal de Imperatriz abre processo seletivo para projetos sociais

As inscrições poderão ser feitas no período de 15 de março a 15 de abril de 2017, das 8h às 18h

O juizado criminal da comarca de Imperatriz abriu processo seletivo gratuito para projetos de entidades sociais das cidades de Imperatriz, Davinópolis, Governador Edison Lobão e Vila Nova dos Martírios, para obtenção de recursos financeiros arrecadados com as transações penais, prestações pecuniárias e suspensão condicional do processo ou da pena.

As inscrições poderão ser feitas no período de 15 de março a 15 de abril de 2017, das 8h às 18h, de segunda a sexta, no Juizado Especial Criminal de Imperatriz (Rua Iracema, nº 709. Bairro Nova Imperatriz - Imperatriz). O

resultado do processo seletivo será divulgado até o dia 2 de maio.

Os valores depositados, quando não destinados à vítima ou aos seus dependentes, serão, preferencialmente, destinados à entidade pública ou privada com finalidade social, previamente conveniada, ou para atividades de caráter essencial à segurança pública, educação, cultura e saúde, desde que atendam às áreas vitais de relevante cunho social.

PRIORIDADE - Será priorizado o repasse financeiro para projetos na área da execução penal, assistência à ressocialização de ape-

nados, assistência às vítimas de crimes e prevenção da criminalidade; serviços com maior relevância social e projetos com maior viabilidade de implementação.

É proibida a participação de pessoas jurídicas ou projetos com fins lucrativos ou político-partidários e que não realizem suas atividades nos municípios abrangidos pela jurisdição da comarca de Imperatriz.

O Edital nº 1/2017 é assinado pela juíza Débora Castro Trovão, titular do juizado especial criminal da comarca de Imperatriz. **(Assessoria)**

Divulgação

Ex-prefeita 'ostentação' é condenada por improbidade administrativa

Lidiane Leite foi acusada de desconto indevido em salários de professores

A Justiça condenou Lidiane Leite, ex-prefeita do município de Bom Jardim, a 275 km de São Luís, por atos de improbidade administrativa. Ela ficou conhecida nacionalmente como a "prefeita ostentação" após mostrar uma vida de luxo nas redes sociais.

Lidiane Leite já havia sido condenada pela Justiça em outubro de 2015 também, sob a acusação de improbidade administrativa e teve os seus bens bloqueados. A ex-prefeita foi acusada de desviar dinheiro público destinado para execução de reforma de escolas da sede e da zona rural do município.

De acordo com o juiz Raphael Leite Guedes, a ação em que Lidiane Leite foi acusada se refere aos inúmeros descontos injustificados na remuneração mensal dos servidores do magistério do Ensino Público do Município de Bom Jardim, durante o período em que ela foi prefeita, entre os anos de 2012 a 2014.

Segundo o magistrado, a ex-prefeita de Bom Jardim violou o artigo 11 da Lei de Improbidade Administrativa ao prejudicar inúmeros professores municipais com a indevida redução mensal dos seus salários. "Em que pese às alegações da demandada em sede de defesa preliminar, não houve comprovação nos autos de ausência de recursos para realização do pagamento dos servidores municipais".

Para o juiz a decisão, que foi baseada em uma Ação Civil Pública (ACP) solicitada pelo o Ministério Público do

Maranhão (MP-MA), confirma a veracidade dos fatos alegados por meio de extratos bancários, contracheques e declarações dos professores durante o processo.

"Conforme se vê das provas carreadas aos autos, há extratos bancários, contracheques e declarações dos professores que comprovam a redução salarial sem qualquer motivação e devido processo legal. Destarte, houve violação ao art. 11, inciso I, da Lei 8.429/92, incidindo a ex-gestora na prática de ato de improbidade administrativa", explicou o juiz Raphael Leite Guedes.

Lidiane Leite foi condenada a ressarcir integralmente os docentes "com valores auferidos mensalmente em patamar inferior ao devido e não o patrimônio municipal, razão pela qual deixo de condenar a ré, bem como deixo de condená-la à perda da função pública, em razão de não mais ocupar o cargo de Prefeita deste Município", disse Raphael.

Ainda segundo o juiz, a ex-prefeita de Bom Jardim foi condenada com a "suspensão dos direitos políticos pelo período de cinco anos; Multa civil no valor correspondente a 50 vezes ao valor da remuneração percebida pela demandada quando ocupante do cargo de Prefeita Municipal; Proibição de contratar com o poder público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que seja por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário, pelo período de três anos". (G1)



Arquivo pessoal

Lidiane Leite, ex-prefeita de Bom Jardim (MA) ostentava luxo nas redes sociais.

Audiência do caso da sobrinha-neta de Sarney tem início no Maranhão

Foram ouvidos o assassino confesso, Lucas Porto, e as testemunhas; O juiz que presidiu a sessão foi José Ribamar Goulart Heluy Júnior



Amigos e parentes de Mariana Costa fizeram manifestação antes da sessão.

A primeira audiência do Caso Mariana Costa, sobrinha-neta de Sarney, começou na manhã dessa quinta-feira (16), na 4ª Vara de Tribunal do Júri, no Fórum Desembargador Sarney Costa, no Calhau, em São Luís. Ela foi morta depois de ser estuprada, em seu apartamento pelo próprio cunhado, Lucas Porto, em novembro de 2016.

Além do assassino confesso, Lucas Porto, foram ouvidas as testemunhas indicadas pelas defesa e acusação. O juiz que presidiu a sessão foi José Ribamar Goulart Heluy Júnior.

Antes da sessão, ainda na porta do fórum, amigos e

familiares da vítima fizeram uma manifestação para reforçar o pedido por justiça.

"Esta audiência tem duas finalidades, a primeira é caracterizar os indícios de autoria. Eles estão comprovados pela própria confissão do acusado e pelos laudos técnicos constantes nos autos. E a outra finalidade é a materialidade do delito, que também está comprovada", disse João Batista Ericeira, advogado da acusação na assistência do Ministério Público.

Crime no apartamento - Mariana Menezes de Araújo Costa Pinto, de 33 anos, foi encontrada morta na noite do

dia 13 de novembro de 2016, em seu apartamento, no nono andar de um condomínio na Avenida São Luís Rei de França, no Turu, em São Luís. Ela é filha do ex-deputado estadual Sarney Neto e sobrinha-neta do ex-presidente da República e senador José Sarney.

O empresário Lucas Porto, de 37 anos, confessou que matou a publicitária. Porto era cunhado da vítima. A motivação seria uma atração que ele tinha por Mariana Costa.

A Polícia Civil do Maranhão concluiu que o empresário Lucas Porto, de 37 anos, estuprou e matou por asfixia a cunhada. (G1)

Cururupu sedia evento na área da infância

Minicurso, exposição dialogada, debates, audiência pública e inauguração da Sala de Depoimentos Especial fazem parte da programação na cidade

CURURUPU

A Comarca de Cururupu dá continuidade hoje à programação especial na área da Infância e Juventude, que envolve minicurso, exposição dialogada, debates, audiência pública e inauguração de sala para depoimento especial de crianças e adolescentes vítimas de violência. A iniciativa é da Coordenadoria da Infância e Juventude do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), em parceria com a Secretaria Estadual de Desenvolvimento Social (Sedes) e o Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef).

O evento também reúne representantes da Defensoria Pública, Ministério Público, advogados, conselheiros tutelares, sociedade civil e a comunidade de Cururupu e de outras cidades próximas, com o objetivo de promover um trabalho em rede, na busca de soluções direcionadas para as crianças e adolescentes vítimas de abusos.

O juiz titular de Cururupu, Douglas Lima da Guia, esclareceu que o evento surgiu em razão do alto índice de casos de violência sexual, na região. A unidade judicial recebe por mês, em média, dois novos casos de abuso sexual contra crianças e adolescentes, realidade que exige dos operadores do Direito e conselheiros tutelares melhor capacitação no tratamento a essas vítimas, de forma a minimizar os danos.

O desembargador José de Ribamar Castro, presidente da Coordenadoria da Infância e Juventude do TJMA, explicou que a iniciativa faz parte da política da Coordenadoria de fomentar atividades em favor de crianças adolescentes, principalmente nas comarcas onde os juízes verificam o elevado número de crimes contra esse público. "O trabalho pretende despertar o interesse, tanto dos órgãos públicos quanto da comunidade, para a questão do abuso contra menores", observou.

Salas especiais

O juiz de Cururupu também desta-



Divulgação

Sala de Depoimentos Especial da Comarca de Cururupu para atendimento a crianças e adolescentes

“O Judiciário vai discutir com a sociedade civil e a comunidade a problemática da violência sexual e estupro de vulneráveis, recorrente na comarca”

DOUGLAS LIMA DA GUIA
juiz titular de Cururupu

cou a importância da Sala de Depoimento Especial, que será instalada na comarca, voltada para a oitiva de crianças e adolescentes vítimas ou testemunhas de violência sexual, física ou psicológica, em processos judiciais. O Maranhão é o segundo estado do país com maior número de salas desse tipo: são 28 espaços especializados.

Para esse tipo de depoimento, a criança ou adolescente é recebido 30 minutos antes da audiência. A sessão é conduzida por psicólogo ou assistente social, enquanto os equipa-

Maranhão já tem 28 Salas de Depoimentos

É o segundo estado com maior número de salas

mentos de transmissão de áudio e vídeo permitem que o juiz e outros operadores possam ver, ouvir e fazer perguntas ao facilitador. “Essa forma de depoimento evita mais danos às vítimas, que serão ouvidas apenas uma vez através de equipe multidisciplinar, garantindo o exercício de seus direitos e a proteção que é conferida pelo ECA”, avaliou.

O evento foi aberto na quinta-feira pelo presidente da Coordenadoria da Infância e Juventude, desembargador José de Ribamar Castro, na Secretaria Municipal de Saúde (Rua Ático Seabra, s/n, Centro).

Foi realizado também o curso “Noções básicas sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente” para os conselheiros tutelares da região, ministrado pelo técnico da Sedes, Glécio Sandro Leite da Silva.

Hoje

Na manhã de hoje, ocorrerá a solenidade de abertura da audiência pública, seguida da exposição dialogada “Dados gerais sobre a infância no Maranhão”, apresentada pela consultora da Plataforma Centros Urbanos, do Unicef/MA, Lissandra Leite, e da exposição “As medidas socioeducativas em meio aberto no Maranhão”, apresentada pelo técnico da SEDES, Glécio Leite da Silva.

Em seguida, serão promovidos debates e a palestra “O Depoimento Especial no Maranhão”, ministrada pelo desembargador José de Ribamar Castro. A programação será encerrada com a inauguração da Sala de Depoimento Especial, no Fórum Desembargador José Pires Sexto (Rua Hercolana Vieira, s/n, Centro). ●

NA WEB

Mais notícias de Cidades em oestadoma.com

Relatório pede modificação em lista tríplice de indicados para o TRE do Maranhão

Assessoria de TSE sugeriu troca de nome de um dos três advogados; outro terá que explicar denúncia de que atuou como advogado na época em que foi juiz eleitoral



Arquivo

Três listas tríplices para composição do TRE-MA estão pendentes de solução no TSE, em Brasília

CARLA LIMA
Subeditora de Política

A Corte Eleitoral do Maranhão continua incompleta. Dos sete membros que compõem o Tribunal Regional Eleitoral (TRE), somente cinco estão participando das sessões de julgamento. O motivo é a indefinição de três listas tríplices de advogados escolhidas pelo Tribunal de Justiça do Maranhão (TJ-MA) que tramitam no Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

A última lista de representantes da OAB-MA foi escolhida em setembro. Mas está sub judice. Em relatório emitido ainda em fevereiro, a Assessoria Consultiva do TSE orientou que a Corte Eleitoral determine ao TJ do Maranhão a substituição do advogado Gabriel Ahid Costa. Segundo o documento, Ahid não comprovou o

exercício de 10 anos de advocacia, como prevê a lei.

“Verifica-se que o dr. Gabriel Ahid Costa não atendeu ao despacho do relator, que solicitara a comprovação de mais três anos de atividade profissional, com vista à satisfação do requisito previsto no Artigo 1ª da Resolução 21.461/2003”, trecho do relatório da Assessoria Consultiva do tribunal.

Indefinições deixam Pleno do TRE incompleto

Esses três anos cobrados no relatório diz respeito ao tempo que o advogado passou como assessor jurídico no Tribunal de Justiça do Maranhão.

Nesse mesmo documento, tam-

bém foi sugerido que o advogado Daniel Leite apresente defesa, já que sua indicação foi impugnada pelo membro do Conselho Federal da OAB-MA, Augusto Guterres.

Intimação

O relatório acolheu a impugnação contra Leite. Pela denúncia, o advogado, que foi membro do TRE do Maranhão no biênio 2015/2016, teria atuado como advogado no mesmo período em mais de 80 processos.

“Pelo exposto, esta assessoria sugere que sejam determinadas a substituição do dr. Gabriel Ahid Costa e a intimação do dr. Daniel de Faria Jerônimo Leite acerca da impugnação de sua indicação”, trecho do relatório.

O relatório da Assessoria Consultiva vai agora para decisão do relator do processo, ministro Herman Benjamin.

Candidato acredita que será aprovado pelo pleno

O advogado Gabriel Ahid Costa avalia o relatório que indica sua substituição para o Pleno do TRE-MA como apenas um parecer da Assessoria Consultiva do TSE, que pode ou não ser acatado pelo relator do processo, ministro Herman Benjamin. Ele entende que, no plenário do TSE, terá sua indicação liberada pelos ministros.

Ahid se baseia em parecer da ministra Laurita Vaz, que em ação semelhante de lista tríplice do TJ do Piauí, considerou os anos de trabalho em cargo de comissão de um dos indicados dos desembargadores como válidos para atender à regra constitucional que prevê necessidade de 10 anos de exercício advocatício.

O problema é que esse parecer da ministra não foi aprovado em plenário. Para ele, no entanto, há outros ministros que não votaram neste caso. “Assim, não dá para dizer se o TSE vai seguir pelo indeferimento dos anos de assessoria no TJ”, pondera.

Para o advogado, seu caso é uma questão de interpretação, e caberá a cada ministro do Pleno do TSE dizer se o tempo de serviço na assessoria do TJ vale ou não como tempo de serviço de advogado. Não há data para o relator Herman Benjamin decidir sobre o caso. ●

Capenga

O Pleno do TRE maranhense funciona desde abril de 2016 sem a completude dos seus membros indicados a partir das listas da OAB.

São três listas de advogados pendentes para compor o Pleno; duas de titulares e uma de substitutos.

O resultado é que o conjunto de juízes está sendo formado desde então com a presença de um único substituto fazendo as vezes de titular.

À espera

Uma das listas tríplices indicadas pelo Tribunal de Justiça está com o presidente Michel Temer desde o ano passado.

Ela é composta pelos advogados Daniel Blume - único representante da OAB hoje no Pleno do TRE, ainda assim na condição de suplente - Eduardo Moreira e José Alencar.

A outra lista de titulares - formada por Daniel Leite, Gabriel Ahid Costa e Gustavo Vilas Boas - ainda está pendente de decisão no TSE.

Solidariedade

A deputada Nina Melo (PMDB) prestou solidariedade à família de Mariana Costa, sobrinha-neta de José Sarney, que foi assassinada pelo cunhado, em novembro do ano passado. Ela também pediu que seja feito um amplo debate sobre o feminicídio. Mariana Costa, de 33 anos de idade, foi brutalmente assassinada dentro de casa pelo cunhado Lucas Porto, cuja audiência de julgamento ocorreu ontem, no Fórum desembargador Sarney Costa, no Calhau.

Justiça inicia instrução do processo do Caso Mariana

Defesa tenta desqualificar autoria do crime alegando que o acusado, Lucas Leite Ribeiro Porto, tem problemas psiquiátricos, mas é desmentido pela irmã da vítima, com quem ele é casado

Biné Moraes

Durante a primeira audiência de instrução de processo referente ao assassinato da publicitária Mariana Meneses de Araújo Costa, de 33 anos, que ocorreu ontem no Fórum Desembargador Sarney Costa, no Calhau, os advogados de defesa de Lucas Leite Ribeiro Porto, de 33 anos, alegaram que o seu cliente tem problema psiquiátrico, mas acabou sendo desmentido por Carolina Costa, que é esposa do acusado e irmã da publicitária.

A sessão aconteceu no salão de julgamento da 4ª Vara do Júri e foi presidido pelo juiz José Ribamar Goulart Heluy Júnior. A audiência contou ainda com a presença do promotor de Justiça, Gilberto Câmara, e cinco assistentes de acusação. Já a defesa do interrogado Lucas Porto foi composta por cinco advogados do estado do Ceará.

“Eu tenho medo dele fazer comigo o que fez com a minha irmã”, declarou Carolina Costa ao juiz. Ela ainda afirmou que Lucas Porto não tem problemas psicológicos, mas já tomou remédios para insônia e chegou a ser preso pelo crime de estelionato. Ele também cometeu outros



Lucas Leite Ribeiro Porto quando chegava ao fórum para a audiência

delitos, inclusive furtos.

Também foi ouvido como testemunha de acusação o marido da vítima, Marcos Renato Ribeiro. Ele declarou que o acusado tentou incriminá-lo como o autor do crime. “Lucas Porto, no hospital, chegou a tentar induzir as pessoas de que eu poderia ter matado a minha esposa. Até mesmo no dia do fato fui conduzido até a delegacia”, frisou Marcos Ribeiro.

Interrogatório

Ainda durante a audiência foram ou-

vidas mais seis testemunhas de acusação e uma delas foi o chefe do Departamento de Homicídios da Capital da Superintendência Estadual de Proteção a Pessoas (SHPP), delegado Lucio Rogério Reis; assim como oito de defesa. Entre as testemunhas de defesa duas foram ouvidas por meio de carta precatória pelo fato de residirem em outro estado.

O advogado da família da publicitária, João Batista Ericeira, informou que essa primeira audiência de instrução serviria para esclarecer a materialidade e a autoria do crime,

que, inclusive, estão bem definidas. Já o advogado de defesa, Paulo Keuzado, disse que Lucas Porto não praticou o crime de estupro e sofre de transtorno mental.

O juiz José Heluy disse que o processo ainda está em sua fase de instrução em que são ouvidos as testemunhas e o acusado. É um período em que possam ser determinadas novas diligências. Somente depois desse passo é que o magistrado pode tomar a decisão de pronunciar ou não o réu a ser julgado por júri popular, mas cabendo recurso para recorrer ao Tribunal de Justiça ou ao Supremo Tribunal de Justiça, em Brasília.

Caso Mariana

Mariana Costa foi encontrada desacorda no quarto de seu apartamento, no Turu, no dia 13 de novembro do ano passado. Lucas Porto, cunhado da vítima, foi conduzido pela polícia ao Centro de Triagem do Complexo Penitenciário de Pedrinhas no dia seguinte, após imagens das câmeras do circuito de TV do condomínio mostrar quando ele saía correndo pela escada do prédio. ●

PROCESSOS NA SAÚDE

Com o objetivo de buscar soluções para melhor encaminhamento das demandas judiciais de pacientes, o Governo do Estado dialogou com o coordenador do Núcleo de Conciliação do Tribunal de Justiça, o juiz Alexandre de Abreu. Durante a reunião a Secretaria de Estado da Saúde (SES) apresentou ações e discussões já realizadas sobre o processo de judicialização da saúde. O encontro incentivou a busca de novos mecanismos de monitoramento das demandas e respostas às solicitações por serviços de saúde.

CURURUPU

Evento discute violência contra crianças e adolescentes

O Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), por meio da Coordenadoria da Infância e Juventude, iniciou na tarde desta quinta-feira, 16, na comarca de Cururupu, programação especial com o objetivo de discutir a questão da violência contra crianças e adolescentes, além de capacitar e orientar os operadores e profissionais envolvidos nessa área. A abertura foi feita pelo presidente da Coordenadoria, desembargador José de Ribamar Castro, e pelo juiz titular da comarca, Douglas Lima da Guia.

O evento vai até esta sexta-feira, 17, e também envolverá exposições dialogadas, debates, audiência pública e inauguração de sala para depoimento especial de crianças e adolescentes vítimas de violência, reunindo representantes do Ministério Público, advogados, conselheiros tutelares, sociedade civil e a comunidade de Cururupu e cidades vizinhas.

O juiz titular de Cururupu, Douglas Lima da Guia, falou da importância da capacitação e das discussões para buscar minimizar ou erradicar a vio-

lação aos direitos de crianças e adolescentes na região, ressaltando o relevante papel dos conselheiros tutelares, que estão mais próximos à comunidade e são os primeiros a tomarem conhecimento de muitos casos. “Muitas vezes a falta de informação pode dificultar e prejudicar os processos de apuração”, disse.

O desembargador José de Ribamar Castro destacou que é a primeira vez que uma comarca recebe um evento deste nível, com a participação de equipe especializada e vinda de instituições diferentes do Poder Judiciário. “Pretendemos fomentar cada vez mais atividades na área da infância e juventude, especialmente nas comarcas com maior incidência de abusos”, observou.

Capacitação - Ainda nesta tarde, cerca de 50 conselheiros tutelares e profissionais da área de assistência social dos municípios de Cururupu, Bacuri, Mirinzal, Cedral, Porto Rico, Guimarães, Central do Maranhão, Serrano do Maranhão e Apicum-Açu participaram de minicurso sobre noções básicas do Estatuto

da Criança e do Adolescente (ECA), ministrado pelo técnico da Secretaria Estadual de Desenvolvimento Social (SEDES), Glécio Sandro Leite da Silva. Ele orientou os conselheiros sobre o papel e função do Conselho Tutelar, formas de denúncia, apuração, vigilância, encaminhamentos, além de orientações práticas para o cotidiano dos conselheiros e outros assuntos relacionados.

A conselheira tutelar Rosirene Viegas Costa, que atua há mais de um ano na função, viajou do município de Central do Maranhão para participar do minicurso. Ela ressaltou as dificuldades de atuação dos conselheiros nas cidades do interior, tanto em razão da falta de estrutura quanto pela resistência da comunidade em denunciar casos de abuso contra crianças. “É de grande importância para os conselheiros receberem mais informações sobre como devemos agir diante das variadas situações”, opinou.

Programação - Na manhã desta sexta-feira (17), ocorrerá uma audiência pública, seguida da exposição dia-

logada “Dados gerais sobre a infância no Maranhão”, apresentada pela consultora da Plataforma Centros Urbanos, do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF/MA), Lissandra Leite, e da exposição “As medidas socio-educativas em meio aberto no Maranhão”, apresentada pelo técnico da SEDES, Glécio Leite da Silva.

Em seguida, serão promovidos debates e a palestra “O Depoimento Especial no Maranhão”, ministrada pelo desembargador José de Ribamar Castro. A programação será encerrada com a inauguração da Sala de Depoimento Especial, no Fórum Desembargador José Pires Sexto (Rua Herculana Vieira, s/nº, Centro), que funcionará como espaço adequado para receber depoimentos de crianças e adolescentes vítimas de abuso ou violência.

Também compareceram ao evento a prefeita de Cururupu, Rosário de Fátima Chave; o promotor de Justiça da comarca, Francisco de Assis Silva Filho; além de autoridades locais e servidores do Judiciário.

BateRebate

REAJUSTE AOS PROFESSORES



O deputado estadual Othelino Neto (PCdoB) foi à tribuna destacar a aprovação da Medida Provisória 230, que reajusta em 8% o salário dos professores da rede estadual e que garante outras vantagens. “Em um momento de extrema crise nacional, onde estado nenhum da Federação concede aumento aos servidores, onde Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul não podem nem pagar a folha do mês, o nosso Maranhão que até, há pouco tempo, só era notícia nacional por vexames, agora se destaca no país como um Estado que consegue conceder reajustes”, disse. Othelino destacou também que, nos últimos 15 dias, foram aprovados na Assembleia Legislativa, com a rapidez e a responsabilidade que os deputados têm, reajustes para os servidores do Tribunal de Justiça do Estado, do Ministério Público do Maranhão, do Tribunal de Contas, da Assembleia Legislativa e aos professores da rede pública estadual. “Aqui no Maranhão, nós estamos mostrando que, administrando recursos de forma transparente, é possível valorizar o servidor público e manter uma ampla carteira de investimentos”, comentou.



ESTADO DO MARANHÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

AVISO DE LICITAÇÃO
Concorrência nº 03/2017
Processo nº 35.725/2016

Objeto: Construção do Fórum da Comarca de Presidente Dutra/MA; **Base legal:** Lei Federal nº 8.666/1993 e suas alterações e Lei Complementar nº 123/2006 e suas respectivas alterações; **Abertura:** 25/04/2017, às 10h:00min; **Local:** Auditório do Centro Administrativo do Tribunal de Justiça, localizado na Rua do Egito, nº 144, Centro, São Luís/MA; **E-mail:** colicitacao@tjma.jus.br. **Fone:** (98) 3261-6181.

São Luís/MA, 17 de março de 2017.

WHERBETH SILVA SOUSA
Presidente da Comissão Permanente de Licitação.

SÃO PEDRO DA ÁGUA BRANCA

Polícia cumpre mandados de busca e apreensão em Pio XII



Fotos: Divulgação



Operação Diafaneia aconteceu ontem em Pio XII



Arma e munição também foram encontradas



Documentos foram apreendidos em operação

A pedido do Ministério Público do Maranhão, o Poder Judiciário determinou a busca e apreensão nas residências do ex-prefeito de Pio XII, Paulo Roberto Sousa Veloso, e do ex-secretário de Finanças, Melquizedeque Fontenelle Nascimento. Os mandados foram cumpridos na manhã dessa quinta-feira, 16, resultando na apreensão de documentos, computadores, uma arma e três munições, pendrives e hd externos.

Além do promotor de justiça Francisco Thiago Rabelo, titular da comarca de Pio XII, a operação teve a participação da promotora de justiça de Olho d'Água das Cunhãs, Gabriele Gadelha, e dos delegados da Polícia Civil Ederson Martins (regional de Santa Inês), Alex Andrade Coelho (Santa Luzia), Diego Fernandes Rocha (Pio XII) e Clarismar de Oliveira Filho (Santa Inês).

Investigação

Ao instaurar Procedimento Administrativo para acompanhar o final da gestão passada, com o objetivo de preservar o patrimônio público e a transição municipal, o MPMA descobriu várias transferências bancárias de valores acima de R\$ 50 mil para empresas investigadas pela Promotoria de Justiça em semanas anteriores às eleições de 2016.

Diante dessas informações, repassadas pelo Banco do Brasil, o promotor de justiça Francisco Thiago Rabelo requisitou ao então prefeito,

Paulo Roberto Veloso, que esclarecesse a motivação das transferências, apresentando contratos e licitações. Também foram solicitados os processos de pagamento de agosto até 31 de dezembro do ano passado. Nenhuma requisição do MP foi respondida pelo Executivo municipal.

O prefeito eleito comunicou ao MP, em 7 de dezembro, que tentou realizar a transição municipal, mas não obteve acesso aos documentos. Em seguida, a Promotoria de Justiça ajuizou notificação judicial a fim de obrigar Paulo Roberto Veloso a cumprir o processo de transição, mas a notificação nem chegou a ser apreciada pelo Poder Judiciário.

Em fevereiro deste ano, a Promotoria de Justiça requisitou ao atual gestor informações acerca da transição municipal e foi informada que não recebeu quaisquer documentos, a exemplo de licitações, contratos, processos administrativos, folhas de pagamento etc. Os computadores foram deixados formatados ou faltando peças.

"Tais medidas por parte do gestor passado prejudicam tanto a atual administração que não tem como efetuar controle dos contratos administrativos em andamento, assim como do funcionamento da máquina municipal, além de prejudicar as investigações do Ministério Público", afirmou Francisco Thiago Rabelo. **(CCOM-MPMA)**

TCE condena ex-prefeito a devolver R\$ 1,6 milhão em recursos do Fundeb

O Tribunal de Contas do Estado (TCE-MA) condenou, na sessão do Pleno dessa quarta-feira (15), o ex-prefeito de Junco do Maranhão, Il-tamar de Araújo Pereira, a devolver R\$ 1,6 milhão, e ao pagamento de multas no total de R\$ 170 mil. O débito é decorrente do julgamento irregular da tomada de contas do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), relativo ao exercício financeiro de 2011, correspondendo integralmente a despesas sem comprovação.

Referentes ao mesmo exercício, também foram julgadas irregulares as tomadas de contas do Fundo Municipal de Saúde – FMS (com débito de R\$ 158,6 mil e multas no total de R\$ 17,8 mil).

As contas de gestão foram

julgadas regulares com ressalvas com multa de R\$ 10 mil.

Na mesma sessão, o TCE julgou regular com ressalvas a tomada de contas do Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS do município de Lagoa do Mato, exercício de 2010, de responsabilidade de Aluizio Coelho Duarte, com multa de R\$ 3 mil.

Foram julgadas regulares com ressalvas as contas da Administração Direta relativas ao mesmo exercício (débito de R\$ 590,8 mil e multas no total de R\$ 69 mil).

Receberam parecer prévio pela aprovação as contas de Raimundo Nonato Abraão Baquil (Tutoia, 2010, com ressalvas), Emanuel Carvalho (São Luís Gonzaga do Maranhão, 2009, com ressalvas), Umberto Ivar Araújo Coutinho (Caxias 2009), Raimundo Roberth Bringel Martins (Santa Inês,

2008, em grau de recurso).

Receberam parecer prévio pela desaprovação as contas de Ilzemar Oliveira Dutra (Santa Luzia, 2009).

O TCE julgou regulares as contas de Antonio Pacheco Guerreiro Junior (Tribunal de Justiça do Maranhão, 2013), José Augusto Silva Oliveira e Walter Canales Santana (Universidade Estadual do Maranhão – UEMA, 2013, com ressalvas), Francisco de Sales Baptista Ferreira (Comissão Permanente de Licitação do Estado do Maranhão, 2014, com ressalvas), Rodrigo Pires Ferreira Lago (Secretaria de Estado da Transparência e Controle do Maranhão, 2015), Edvaldo Lopes Galvão e Magna Maria da Costa Sampaio (Secretaria Municipal de Governo de Igarapé Grande, 2007, em grau de recurso), Manoel Mendes

Divulgação



de Carvalho (Câmara Municipal de Maracaçumé, 2010, com ressalva e multa de R\$ 2 mil, em grau de recurso), José Lourenço Bonfim Junior (Fundo Municipal de Saúde – FMS, Miranda do Norte, 2010, com ressalvas e multa

de R\$ 25 mil), Edivalda Delmontes Feitosa Bonfim e José Lourenço Bonfim Junior (Fundeb, Miranda do Norte, 2010, com ressalvas e multa de R\$ 25 mil), João Menezes Santana Filho (Câmara Municipal de João Lisboa, 2007, com

ressalva, em grau de recurso), Flávio Eduardo Pires Coelho (Serviço Autônomo de Saúde de Balsas – SASB, 2009, com ressalvas) e Raimundo Neiva Moreira Neto (Fundo Municipal de Saúde - FMS, Timon, 2009, com ressalvas).

Evento do TJMA discute violência contra crianças em Cururupu

O Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), por meio da Coordenadoria da Infância e Juventude, iniciou na tarde desta quinta-feira, 16, na comarca de Cururupu, programação especial com o objetivo de discutir a questão da violência contra crianças e adolescentes, além de capacitar e orientar os operadores e profissionais envolvidos nessa área. A abertura foi feita pelo presidente da Coordenadoria, desembargador José de Ribamar

Castro, e pelo juiz titular da comarca, Douglas Lima da Guia. O evento vai até esta sexta-feira, 17, e também envolverá exposições dialogadas, debates, audiência pública e inauguração de sala para depoimento especial de crianças e adolescentes vítimas de violência, reunindo representantes do Ministério Público, advogados, conselheiros tutelares, sociedade civil e a comunidade de Cururupu e cidades vizinhas.

Conciliador Juizado Especial Cível e Criminal de Timon divulga lista final de seletivo

O Juizado Especial Cível e Criminal de Timon divulgou edital com a lista final da seleção para Conciliador Voluntário da unidade judicial, que funciona no Fórum Amarantino Ribeiro Gonçalves. Os candidatos constantes na relação têm o prazo de cinco dias úteis, a contar da publicação do edital no Diário da Justiça, para a apresentação de documentos junto ao Juizado de Timon. Os candidatos aprovados entre Bacharéis em Direito, são: Eline Leite Melo, Mayra Brandt Soares Leão e Ana Júlia Silva Porto. Já os candidatos aprovados entre Acadêmicos de Direito são: Marina Evans Rodrigues, Antônio Capistrano de Oliveira Neto, Luara Cristina Dos Santos Reis e Amanda Silva Ferreira.

Outras informações podem ser obtidas pelos telefones do Juizado: (86) 3317-7146/ 3317-7147.

O edital lista, entre outros documentos que deverão ser apresentados pelos candidatos: Cópia da cédula de identidade; Cópia do CPF; Cópia de comprovante de residência atualizado; Cópia de comprovante de escolaridade; Cópia do título de eleitor; Cópia do certificado de reservista (sexo masculino); Cópia do currículo; Certidões ou declarações negativas das Justiças Federal, Eleitoral (crimes e quitação eleitoral), Estadual (cível e criminal) e Militar (para ambos os sexos) de sua residência nos últimos 10 (dez) anos.

Informe JP

Manifestação

Familiares e amigos da publicitária Mariana Costa, assassinada aos 33 anos por seu cunhado, o construtor Lucas Porto, 37, fizeram, na manhã de ontem (16), uma manifestação diante do Fórum do Calhau, pedindo paz. Ontem houve a 1ª audiência de instrução do caso. O crime aconteceu em 13 de novembro do ano passado, no apartamento de Mariana (sobrinha-neta de José Sarney), no Turu.

Lucas Porto, que confessou o assassinato, está preso em Pedrinhas.

Visual de 'intelectual'

O réu Lucas Porto – que teve a última imagem divulgada, após

chegar a Pedrinhas, com o cabelo raspado – apareceu ontem no Fórum do Calhau com o cabelo e a barba crescidos e bem aparados, e usando óculos. Certamente, o visual foi orientado, para dar uma aparência 'intelectual' ao réu.

Operação de busca e apreensão mira ex-prefeito de Pio XII e ex-secretário

PÁG. 5 [C1]



DIVULGAÇÃO

Ex-prefeito Paulo Veloso foi alvo de operação de busca e apreensão

Diafaneia

Operação de busca e apreensão mira ex-prefeito de Pio XII e ex-secretário

OSWALDO VIVIANI
COM INFORMAÇÕES DO MPMA

A pedido do Ministério Público do Maranhão, o Poder Judiciário determinou busca e apreensão nas casas do ex-prefeito de Pio XII, Paulo Roberto Sousa Veloso (PSDB), 59 anos, e do ex-secretário de Finanças, Melquizedeque Fontenele Nascimento. Os mandados foram cumpridos na manhã de ontem (16), pela Polícia Civil, resultando na apreensão de documentos, computadores, uma arma (espingarda calibre 12) com três munições, pendrives e HDs (discos rígidos) externos. Além do promotor de Justiça Francisco Thiago Rabelo, titular da comarca de Pio XII, a operação teve a participação da promotora de Justiça de Olho d'Água das Cunhãs, Gabriele Gadelha, e dos delegados da Polícia Civil Ederson Martins (regional de Santa Inês), Alex Andrade Coelho (Santa Luzia), Diego Fernandes Rocha (Pio XII) e Clarismar de Oliveira Filho (Santa Inês).

INVESTIGAÇÃO

Ao instaurar Procedimento Administrativo para acompanhar o final da gestão passada, com o objetivo de preservar o patrimônio público e a transição municipal, o MPMA descobriu várias transferências bancárias de valores acima de R\$ 50 mil para empresas investigadas pela Promotoria de Justiça em semanas anteriores às eleições de 2016.

Diante dessas informações, repassadas pelo Banco do Brasil, o promotor de Justiça Francisco Thiago Rabelo requisitou ao então prefeito, Paulo Roberto Veloso, que esclarecesse a motivação das transferências, apresentando contratos e licitações. Também foram solicitados os processos de pagamento de agosto até 31 de dezembro do ano passado. Nenhuma requisição do MP foi respondida pelo Executivo municipal.

O prefeito eleito Carlos Alberto Gomes Batalha, o Carlos do Biné, 46 anos (PCdoB), comunicou ao MP, em 7 de dezembro, que tentou realizar a transição municipal mas não obteve acesso aos documentos. Em seguida, a Promotoria de Justiça ajuizou notificação judicial a fim de

obrigar Paulo Roberto Veloso a cumprir o processo de transição, mas a notificação nem chegou a ser apreciada pelo Poder Judiciário.

Em fevereiro deste ano, a Promotoria de Justiça requisitou ao atual gestor informações acerca da transição municipal e foi informada que não recebeu quaisquer documentos, a exemplo de licitações, contratos, processos administrativos, folhas de pagamento etc. Os computadores foram deixados formatados ou faltando peças.

“Tais medidas por parte do ex-gestor prejudicam tanto a atual administração, que não tem como efetuar controle dos contratos administrativos em andamento, como do funcionamento da máquina municipal, além de prejudicar as investigações do Ministério Público”, afirmou Francisco Thiago Rabelo.

O nome operação – Diafaneia – refere-se ao quadro de cores, sobre papel transparente ou vidro, cuja observação se faz por “transparência”.

MANDATO TUMULTUADO

O mandato do ex-prefeito de Pio XII, Paulo Veloso (PSDB), foi tumultuado por diversas acusações de irregularidades. Ele foi afastado do cargo de prefeito por duas ocasiões.

Em 11 de agosto de 2016, o juiz da comarca, Raphael Leite Guedes, o afastou do cargo – assim como a secretária



Ex-prefeito Paulo Veloso foi alvo de operação de busca e apreensão

de Educação, Iara Adriana Araújo Portilho; o secretário de Administração, Antônio Roberval de Lima; o secretário de Finanças, Melquizedeque Fontenele Nascimento; e o procurador-geral do Município, Michel Lacerda Ferreira. O afastamento se deu pela acusação do Ministério Público de que mais de 40 pessoas recebiam da Prefeitura de Pio XII sem efetivamente trabalhar, configurando um caso de “funcionários fantasmas”. Vários

dos “fantasmas eram parentes do prefeito e de secretários municipais, e tinham cargos de assessores recebendo salários de até R\$ 4 mil.

Um dos acusados de ser “funcionário fantasma” em Pio XII foi Francisco de Assis Costa Filho (PMDB), nomeado em janeiro deste ano secretário da Juventude do governo Michel Temmer. Ele negou as acusações. Na decisão de agosto de 2016, o juiz ainda determinou a indisponibilidade dos ativos bancários, de veículos automotores e bens imóveis de todos os envolvidos na denúncia. Em 27 de outubro de 2016, Paulo Veloso foi afastado novamente do cargo de prefeito – ao qual já havia retornado por via judicial, em 30 de agosto de 2016.

O novo afastamento foi determinado pelo juiz Galtieri Mendes de Arruda, titular da comarca de Olho d'Água das Cunhãs. O magistrado acatou pedido e denúncia do Ministério Público Estadual, em consequência a um conjunto de irregularidades em licitações para fornecimento de merenda escolar em Pio XII.

Apesar das acusações, Paulo Veloso concorreu às eleições de 2016, sendo derrotado por Carlos do Biné (PCdoB).



Documentos e uma espingarda foram apreendidos na casa do ex-prefeito

SOLIDARIEDADE

A deputada Nina Melo (PMDB) prestou solidariedade à família de Mariana Costa, sobrinha-neta de José Sarney, que foi assassinada pelo cunhado, em novembro do ano passado. Ela também pediu que seja feito um amplo debate sobre o feminicídio. Mariana Costa, de anos 33 anos de idade, foi brutalmente assassinada dentro de casa pelo cunhado Lucas Porto, cuja audiência de julgamento ocorreu ontem (16) no Fórum desembargador Sarney Costa, no Calhau